

EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO DA SAÚDE: REFLEXÕES SOBRE OS PROGRAMAS SAÚDE NA ESCOLA E SAÚDE TODO DIA

EDUCATION AND HEALTH PROMOTION: REFLECTIONS ON HEALTH PROGRAMS IN SCHOOL HEALTH AND EVERY DAY

Wendel Félix

Programa de pós-graduação em Geografia - Universidade Federal de Uberlândia
wfelix2000@hotmail.com

Camila Bernardelli

Programa de pós-graduação em Geografia - Universidade Federal de Uberlândia
camila_bernardelli@hotmail.com

RESUMO

Este texto propõe uma discussão sobre a relação existente entre a promoção da saúde e a educação, baseada em autores que abordam a problemática. A partir de uma análise do Programa Saúde na Escola, do Programa Saúde Todo Dia e dos Parâmetros Curriculares Nacionais que indicam a saúde como um tema transversal pôde-se elaborar uma proposta de trabalho a ser apresentada aos professores do ensino fundamental para que eles possam iniciar esta abordagem com seus alunos.

Palavras Chave: Política de Educação em Saúde; Intersectorialidade; PCN; Promoção da saúde.

ABSTRACT

The following text aimed to discuss about the relationship between health promotion and education, based on authors who address the issue. From an analysis of the School Health Program, Saúde Todo Dia Program and The National Curriculum Parameters which indicate the health as a crosscutting theme was possible to develop a proposal for work to be presented to elementary school teachers so they can start this approach with their students.

Key Words: Health Care-Education Politics; Intersectoriality; NCP; Health Promotion.

Considerações iniciais

Prevenção e Promoção da Saúde são temas cada vez mais presentes na prática dos profissionais de saúde, uma vez que, estes são incluídos como componentes de destaques na organização de novos modelos de prestação de serviços no campo da saúde pública, pois a melhora da qualidade de vida e saúde da população não se restringe apenas ao sistema de saúde em si, mas depende de como a sociedade se organiza e prioriza suas necessidades.

Por isso, ao buscar a melhora da qualidade de vida e da saúde da população, novos focos de análise passaram a fazer parte da Saúde Pública, isto é, ações intersectoriais que visem à cooperação e parcerias entre distintos setores (diferentes atores e instituições, público e privado) têm sido propostas como estratégia mediadora, não se limitando apenas ao sistema de saúde. Um exemplo dessas ações mediadoras é o Programa Saúde na Escola o qual estende o território da Saúde a outras áreas de abrangência, neste caso, o ambiente escolar. Entende-se, portanto, que a ação do professor é instrumento fundamental, exigindo que ele se mostre aberto a adquirir novos conhecimentos, compreenda o processo de ensino e conheça os temas relacionados à saúde. Assim, a formação continuada de professores envolvendo

Recebido em: 19/07/2011

Aceito para publicação em: 25/11/2011

temas relacionados à saúde pública, é reconhecida como estratégia que pode contribuir para a consolidação da educação em saúde na escola.

Por sua vez, a escola ao abordar temas relacionados à educação em saúde cumpre seu papel social de orientação e prevenção à ocorrência de diversas doenças, além de indicar o território de vivência dos alunos como um espaço de cuidado e manutenção da saúde, tanto física quanto social. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) o ensino de saúde configura um tema transversal que deve ser abordado por todos os conteúdos curriculares a fim de esclarecer sobre hábitos de higiene, características e contágio por patologias distintas, cuidados com o meio entre outros.

Neste trabalho além de uma análise acerca do Programa Saúde na Escola, do governo federal e do Programa Saúde Todo Dia, da prefeitura municipal de Uberlândia; propõem-se atividades que podem ser trabalhadas no cotidiano escolar pelos professores regentes de diferentes conteúdos.

Referencial teórico

O Relatório Lalonde, publicado no Canadá em 1974, é resultante de avanços da epidemiologia de enfermidades não infecciosas, e foi determinante para a expansão conceitual do campo de saúde, compreendendo que fatores tais como a biologia humana, o meio ambiente, o estilo de vida e a organização da atenção à saúde são fatores determinantes no processo saúde-doença. Assim, pensar a saúde hoje passa por pensar o indivíduo em sua organização da vida cotidiana, tal como esta se expressa, através das suas relações interpessoais, da educação, da alimentação, do trabalho, do lazer (ou da sua ausência), condições de moradia e transporte, entre outros (BRASIL, 2002).

Em 1986, em Ottawa no Canadá, foi patrocinada pela Organização Mundial de Saúde pelo Ministério da Saúde e Bem Estar do Canadá e também pela Associação Canadense de Saúde pública a I conferência Internacional em Promoção de Saúde. Em 21 de novembro de 1986, foi aprovada a carta de Ottawa – Ottawa Charter for Health Promotion (WHO, 1986), a qual define a promoção da saúde como o processo de capacitar a comunidade para atuar na melhoria da sua qualidade de vida e saúde, incluindo uma maior participação no controle deste processo.

Health promotion is the process of enabling people to increase control over, and to improve, their health. To reach a state of complete physical, mental and social well-being, an individual or group must be able to identify and to realize aspirations, to satisfy needs, and to change or cope with the environment. Health is, therefore, seen as a resource for everyday life, not the objective of living. Health is a positive concept emphasizing social and personal resources, as well as physical capacities. Therefore, health promotion is not just the responsibility of the health sector, but goes beyond healthy life-styles to well-being. (WHO, 1986. P. 2)

De acordo com a Carta de Ottawa, para alcançar um estado adequado de bem estar físico, mental e social, o homem deve ser capaz de identificar e satisfazer suas aspirações, ter suas necessidades atendidas e de transformar ou adaptar-se ao meio ambiente, o que excede o conceito de formas de vida saudáveis.

Além disso, programas e estratégias de promoção da saúde precisam adaptar-se às necessidades e às possibilidades específicas de cada local onde estão sendo implantados, considerando os diversos sistemas sociais, culturais e econômicos e levando em conta os diversos fatores (político-econômico, sociais, culturais, ambientais, comportamentais, biológicos, entre outros) que podem interferir no processo saúde-doença.

Na tentativa de concretizar o conceito de 'promoção da saúde' expresso na Carta de Ottawa, em 1986, elaborou-se a proposta de cidade saudável. Cidade saudável ou município saudável é um movimento em prol da promoção de saúde que procura congrega todos os setores para que estabeleçam formas, locais, estratégias e recursos para ações concretas da melhoria da qualidade de vida. A Organização Pan-Americana da Saúde define um município saudável como aquele em que as autoridades políticas e civis, as instituições e organizações públicas e privadas, os proprietários, empresários e trabalhadores e a sociedade dedicam esforços para melhorar as condições de vida, trabalho e cultura da população; para estabelecer uma relação harmoniosa com o meio

ambiente físico e natural; e para expandir os recursos comunitários para melhorar a convivência, desenvolver a solidariedade, a co-gestão social e a democracia (OPAS, 1996).

De acordo com a Organização Pan-Americana da Saúde, a Cidade é como um organismo complexo que vive, respira e cresce e está sempre em mudanças. A Cidade Saudável é aquela que juntamente com o poder público soma esforços para transformar suas organizações e práticas, para alcançar o seu potencial máximo, a melhoria de seus ambientes como também da qualidade de vida. Uma Cidade Saudável tem consciência de que a saúde é mais do que a ausência de doença é um estado adequado de bem-estar físico, mental e social e por esta razão constitui uma questão urbana.

A saúde urbana tem a ver com a saúde das populações humanas e com os serviços de cuidado à saúde, deste modo, para que uma cidade possa ser uma Cidade Saudável é necessário que haja um interesse profundo pela saúde de seus habitantes e possua uma estrutura e um conjunto de metodologias para desenvolver o melhoramento do seu nível de bem-estar. O desenvolvimento da cidade saudável é uma tarefa complexa e requer planejamento em longo prazo, especialmente quando níveis de violência, estresse, desemprego, falta de habitação, de transporte, de saneamento aproximam-se ao limite do suportável, o que exige uma transformação radical.

Não basta formar o sujeito do ponto de vista cognitivo, mas é necessário oferecer-lhe condições para o seu desenvolvimento social e cultural. Diante desse objetivo, a escola entre outros componentes sociais, políticos e econômicos têm legitimidade para transformar a vida da cidade, uma vez que se distinguem por serem espaços de formação que podem contribuir para a construção de uma sociedade saudável, transformando-se em espaços de formação ético-política.

Neste contexto surgiu o conceito de Escolas Promotoras de Saúde, apoiado pela Organização Mundial da Saúde, como um mecanismo de integração de diferentes elementos que combinados poderiam favorecer a educação e a saúde. Uma Escola Promotora de Saúde pode ser definida como uma escola que constantemente fortalece sua capacidade como um espaço saudável para se viver, aprender, trabalhar. Trata-se da educação que focaliza o sujeito, buscando o desenvolvimento de todas as potencialidades humanas, com equilíbrio entre os diferentes aspectos – cognitivos, afetivos e sociais.

As Escolas Promotoras de Saúde são territórios de construção da cidadania e por isso, consideram as relações humanas e toda a vida que pulsa na cidade em especial, o que compõe o entorno da escola. Assim, a escola deixa de ser um lugar abstrato para inserir-se definitivamente na vida da cidade. Como se pode notar, o conceito de Escolas Promotoras de Saúde ou Escola Saudável apresenta as mesmas iniciativas propostas pelo movimento Cidade Saudável que é o de estimular governo e sociedade civil para desenvolver estratégias que possam proporcionar maior equidade e justiça para os cidadãos.

No Brasil, pesquisadores têm buscado compreender as tendências da atualidade no campo da saúde e estes observam um número crescente de estudos na área de saúde em educação, a qual tem como abrangência não apenas pessoas sob o risco de adoecer ou a aprendizagem sobre as doenças (como evitá-las, seus efeitos sobre a saúde e como restabelecê-la), mas também, a integração dos aspectos físico e mental (ausência de doença), ambiental (ajustamento ao ambiente), pessoal/emocional (auto-realização pessoal e afetiva) e sócio-ecológico (comprometimento com a igualdade social e com a preservação da natureza) no ambiente escolar.

A escola está associada à idéia de democracia, uma vez que esta é pensada como uma instituição a que todos têm direito, possibilitando à população de todas as camadas sociais o acesso ao saber e, conseqüentemente, a melhores oportunidades sociais e profissionais. Mesmo nos momentos de crise, de estagnação, levanta-se a bandeira da educação como instrumento eficaz capaz de restaurar valores éticos, por meio da qual se constroem sujeitos críticos e criativos capazes de construir conhecimentos. Desta forma, é importante que sempre ocorra a transformação da informação em conhecimento, a fim de torná-lo útil não só para a resolução dos problemas e desafios do dia-a-dia, mas principalmente, para que essa construção de conhecimentos desencadeie processos cognitivos, afetivos e sociais muito mais complexos no desenvolvimento dos alunos e, também, do educador. Por isso, pode-se considerar o espaço escolar como um ambiente importante para o desenvolvimento de um

estilo de vida saudável a ser construído com o envolvimento de seus funcionários (professores, coordenação pedagógica e gestores), alunos, famílias e comunidade, todos envolvidos no processo de criação e manutenção da saúde.

Falar em cidades/comunidades saudáveis é colocar em prática uma nova forma de gestão pública centrada na intersetorialidade e na participação e coresponsabilização dos diversos segmentos que compõe a sociedade-governamental, do mercado e da sociedade civil. Do ponto de vista do setor saúde, é reorientar as políticas e práticas numa perspectiva promocional, na qual as estratégias de atenção à saúde se inserem no conjunto intersetorial e interdisciplinar de ações em prol da qualidade de vida das pessoas e das comunidades. Implica, desta forma, na adoção de um conceito positivo de saúde, como qualidade de vida e um direito de cidadania. (ZANCAN, 2003, p. 45).

Os termos cidade saudável e cidade educadora são empregados a fim de evidenciar que as cidades podem promover, de forma intencional ou não, aprendizagens e assegurar qualidade de vida aos cidadãos. Dessa forma, não basta formar o sujeito do ponto de vista cognitivo, mas é necessário oferecer-lhe condições para o seu desenvolvimento social e cultural. Diante desse objetivo, a escola não pode ser o único espaço de formação. É necessário que a educação aconteça nos mais variados lugares. A cidade pode ter um potencial educador que seja intencional ou não. Dessa forma, suas instituições e intervenções podem ser formais (escolas e universidades); não formais, ou seja, aquelas que têm intenção educadora para além das instituições formais; ou informais, que não têm intenções educadoras. Neste contexto surgiu o conceito de Escolas Promotoras de Saúde, apoiado pela Organização Mundial da Saúde, como um mecanismo de integração de diferentes elementos que combinados poderiam favorecer a educação e a saúde. Uma Escola Promotora de Saúde pode ser definida como uma escola que constantemente fortalece sua capacidade como um espaço saudável para se viver, aprender, trabalhar. Trata-se da educação que focaliza o sujeito, buscando o desenvolvimento de todas as potencialidades humanas, com equilíbrio entre os diferentes aspectos – cognitivos, afetivos e sociais.

Em cinco de dezembro de 2007, foi instituído o Programa Saúde na Escola, como proposição de uma política intersetorial entre os Ministérios da Saúde e da Educação com a finalidade de oferecer atenção integral (prevenção, promoção e atenção) à saúde de crianças, adolescentes e jovens do ensino básico público (educação infantil, ensino fundamental e médio, educação profissional e tecnológica e na Educação de Jovens e Adultos (EJA), no âmbito das escolas e/ou das unidades básicas de saúde. Esse Programa reconhece que é fundamental a articulação com os diversos setores da sociedade como: educação, cultura, lazer, esporte, transporte, planejamento urbano, a sociedade civil, setores não-governamentais e setor privado, entre outros, para o desenvolvimento de estratégias que contemplem a dimensão da vida.

Assim, o Programa Saúde na Escola busca articular os conceitos de cidades saudáveis e cidades educadoras. Após constatar que estamos inseridos em um espaço cujos problemas passam despercebidos ao nosso olhar, esse documento nos lança um desafio: fazer uma expedição de reconhecimento pela vizinhança, ou seja, perceber o espaço com um olhar sensibilizado para as questões relativas à saúde e educação. Esse trajeto oferece duas possibilidades: de um lado que o sujeito se reconheça como parte integrante do meio e de outro que ele perceba os equipamentos que lhe são oferecidos no campo da saúde e educação. Compreendendo que tais equipamentos não se restringem apenas aos espaços formais como: escolas e postos de saúde, pode-se constatar que parques, praças, centros culturais oferecem condições à prática educativa e à promoção da saúde.

Nossa expedição de delimitação dos territórios prevê que, além dos muros da escola e das unidades de saúde, cada comunidade possa identificar e deixar demarcado em um mapa espaços comunitários, tais como: praças, ruas, centros culturais, museus e outros, onde já ocorrem e poderão ocorrer ações de educação e saúde: um mapa daquilo que é visível, ou seja, que já se realiza (nosso presente). Há também a possibilidade de demarcar no mapa aquilo que pode ser realizado no futuro. (BRASIL, 2010, p. 11-12).

O Programa Saúde na Escola tem os seguintes objetivos: promover a saúde e a cultura da paz, reforçando a prevenção de agravos à saúde, bem como fortalecer a relação entre as redes públicas de saúde e de educação; articular as ações do Sistema Único de Saúde - SUS às ações das redes de educação básica pública, de forma a ampliar o alcance e o impacto de suas ações relativas aos estudantes e suas famílias, otimizando a utilização dos espaços,

equipamentos e recursos disponíveis; contribuir para a constituição de condições para a formação integral de educandos; contribuir para a construção de sistema de atenção social, com foco na promoção da cidadania e nos direitos humanos; fortalecer o enfrentamento das vulnerabilidades, no campo da saúde, que possam comprometer o pleno desenvolvimento escolar; promover a comunicação entre escolas e unidades de saúde, assegurando a troca de informações sobre as condições de saúde dos estudantes; e fortalecer a participação comunitária nas políticas de educação básica e saúde, nas três esferas de governo.

A implementação do Programa Saúde na Escola prevê a articulação de diversas ações em saúde na escola que devem ocorrer de forma concomitante como avaliação das condições de saúde dos estudantes, ações de promoção da saúde e prevenção de doenças e agravos, formação de profissionais e jovens para atuarem como multiplicadores, monitoramento da saúde dos estudantes e o monitoramento do próprio programa.

Em Uberlândia, tem-se buscado a melhoria da qualidade de vida e da saúde da população, por meio de novas estratégias, isto é, ações intersetoriais que visem à cooperação e parcerias entre distintos setores, como a saúde e a educação. Assim, a partir de janeiro de 2010, foi elaborado o Programa Saúde Todo Dia, baseado no decreto que institui o programa de Saúde Escolar do Ministério da Saúde, nas Diretrizes Básicas em Saúde Escolar, Escolas Promotoras de Saúde e demais normas e critérios que regulamentam ou sistematizam ações de educação em saúde no campo da saúde coletiva. Este programa propõe a unificação e ampliação das ações de educação em saúde já desenvolvidas na rede de ensino e para a população de Uberlândia a partir do programa Saúde escolar e de educação em zoonoses da Secretaria Municipal de Saúde. O Programa tem como objetivos: Desenvolver atividades de promoção e educação em saúde, prevenção de doenças e vigilância em saúde de forma integrada e participativa; Promover a saúde e a cultura da paz e não violência, reforçando a prevenção de patologias e agravos à saúde, bem como fortalecer a relação entre as redes públicas de saúde e educação; Articular as ações da Rede SUS com as ações das Redes de Educação Pública, de forma a ampliar o alcance e o impacto de suas ações relativas aos estudantes e suas famílias, otimizando a utilização dos espaços, equipamentos e recursos disponíveis; Promover a comunicação entre escolas e unidades de saúde, assegurando a troca de informações sobre as condições de saúde dos estudantes; Fortalecer a participação comunitária nas políticas de educação em saúde.

Com a introdução desse programa, as escolas municipais da cidade de Uberlândia começaram a receber visitas de agentes de educação em saúde que devem cumprir as seguintes ações programadas voltadas para crianças em idade escolar e pré-escolar: Teste de acuidade visual, confecção de óculos; Atualização e controle do calendário vacinal; Avaliação do perfil nutricional; Educação em saúde bucal; Promoção da saúde sexual e da saúde reprodutiva em parceria com a equipe da unidade de saúde e Ambulatório Hebert de Souza; Inclusão das temáticas de educação em saúde no projeto político pedagógico das escolas, a partir de demandas específicas identificadas; Avaliação auditiva; Avaliação psicossocial; Redução da morbimortalidade por acidentes e violências; Prevenção e redução do consumo do álcool, o uso de drogas, controle do tabagismo e outros fatores de risco de câncer; Vigilância epidemiológica; Vigilância sanitária e Ambiental; Controle de Zoonoses; Avaliação clínica (hipertensão, diabetes e pediátrica); Ações de educação em saúde demandas pela Secretaria Municipal de Saúde, outros setores e Escola / EMEI.

No modelo da Gestão Compartilhada cada parceiro ou ator mantém sua identidade institucional dirigindo pessoas e/ou recursos para fins comuns evitando ações isoladas. O objetivo é tornar mais eficiente a execução das ações, assegurando qualidade e participação da comunidade e a descentralização administrativa. Essas estratégias permitem à comunidade local o aprendizado para que ela consiga identificar potencialidades, problemas, obstáculos e limites ao seu desenvolvimento, estabelecendo metas, definindo estratégias, monitorando e avaliando resultados.

A Gestão Compartilhada, diferente da Gestão Centralizada, presume uma organização em que os atores se articulam e interagem desde a definição das prioridades das ações até a avaliação dos resultados.

Para viabilizar o atendimento interdimensional dos sujeitos, num Projeto de Educação e Saúde, a gestão deve ser compartilhada e intersetorial, ou seja, com os demais setores envolvidos (educação, saúde, trabalho, entre outros) em ações conjuntas. Nesse sentido tais ações são cruciais, pois assim os resultados poderão ser efetivos e abrangentes na totalidade.

A Gestão Compartilhada, no caso da atuação conjunta dos setores da Educação e da Saúde, amplia a visão das partes, ou seja, escola e postos de atendimento de saúde, tornam-se instrumento de mudança, atingindo os objetivos de um plano intersetorial, numa ação democrática e transformadora. Esse tipo de gestão proporciona uma consciência crítica através de um trabalho coletivo e participativo, podendo transformar pessoas e realidades, além de descentralizar o poder. Na gestão compartilhada reconhecem-se os direitos de todos nos vários setores favorecendo a participação dos envolvidos nas ações.

Como se pode perceber, para que aconteçam as mudanças idealizadas pelo Ministério da Saúde é necessário ocorrer o envolvimento de ambos os atores (profissionais da educação e da saúde), como também da comunidade local. Um dos pontos mais importantes na ação educativa em saúde é o envolvimento de várias pessoas, uma vez que, a escola que interage com a comunidade tem maiores chances de encontrar soluções para os problemas.

Pensar a educação em saúde é considerar, também, as representações sociais dos sujeitos sobre o processo saúde-doença. Não apenas identificar a representação, mas admitir que ela e outros tipos de saber devem estar presentes nos espaços de ensino, seja para serem removidos, deixando brecha para a inserção de um novo saber, seja para serem criticados e, em seguida, reconhecidos. Porque tanto as representações sociais definem as práticas de saúde como essas (re)constróem novas representações. Portanto, leva-se em consideração que a educação em saúde torna-se uma “construção compartilhada de conhecimento” (GAZZINELLI & PENNA, 2005). Essa educação compartilhada é uma forma de empoderamento do sujeito para a autonomia no autocuidado. Acima de tudo, são espaços de cidadania, onde são estabelecidos papéis sociais na confluência de saberes, modos de ser e de ver o mundo.

Proposta de trabalho

Como complemento às reflexões anteriores que se relacionam com a existência de programas governamentais voltados para a discussão dos temas ligados à saúde no ambiente escolar, este trabalho sugere formas de trabalho sobre o assunto em sala de aula de escolas de educação básica, sejam elas públicas ou privadas.

Em uma leitura atenta dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para o ensino de saúde pode-se concluir que este é um tema transversal que pode e deve ser trabalhado pelos professores de todos os componentes curriculares da educação básica, desde as séries iniciais até o ensino médio.

Dando prosseguimento à análise dos PCN para o ensino de saúde, identifica-se a existência de três blocos de conteúdos (drogas; autoconhecimento para autocuidado e; vida coletiva) que podem ser abordados na prática docente a fim de consolidar uma discussão que desmistifique o conceito retrógrado de que saúde é apenas ausência de doença. Ainda de acordo com o referido documento tem-se que:

Saúde é, portanto, produto e parte do estilo de vida e das condições de existência, sendo a vivência do processo saúde/doença uma forma de representação da inserção humana no mundo. (BRASIL, s/d, p. 252).

Inúmeras maneiras existem de se abordar temas relacionados à promoção da saúde sem deixar de lado as premissas básicas contidas nos PCN. Cada professor, enquanto ator fundamental do processo de ensino-aprendizagem deve ter autonomia para escolher quando e como abordar as primeiras noções acerca da saúde, atendendo às necessidades de seu público alvo.

Desse modo, a seguir, atendendo ao formato dos planos de aula propostos pelo Portal do Professor do Ministério da Educação, apresenta-se sugestão de aulas para aqueles docentes que querem iniciar esse debate em suas atividades em classe.

O objetivo da realização destas atividades em sala de aula é levar os alunos a compreender melhor os seguintes elementos:

1. Noções de espaço, tempo e vida coletiva;
2. Reconhecer como seu espaço de vivência pode influenciar em seu estilo de vida e em sua saúde;

3. Analisar a qualidade ambiental do espaço em que vive e suas implicações para a saúde coletiva;
4. Observar como se organiza as pessoas que vivem no mesmo espaço que ele;
5. Conhecer e construir um mapa mental.

Para o desenvolvimento de todas as atividades aqui propostas, o tempo previsto é de quatro aulas de 50 minutos.

Título: Conhecendo o nosso espaço... Melhorando a nossa saúde.

Estrutura Curricular

Modalidade / Nível de Ensino	Componente Curricular	Tema
Ensino Fundamental Final	Geografia	Cartografia como instrumento na aproximação dos lugares e do mundo
Ensino Fundamental Final	Geografia	Construção do espaço: os territórios e os lugares

Atividades que serão desenvolvidas

Atividade 1: Inicialmente, o professor deverá expor os objetivos do trabalho. Destacando a importância do espaço geográfico para as relações cotidianas e, como o cuidado com este espaço influencia na qualidade de vida e na promoção da saúde.

Para subsídio teórico desta atividade o professor pode trabalhar textos dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino de saúde e apostilas do Programa Saúde na Escola do Ministério da Saúde. Um trecho extraído dos PCN e que pode servir de motivação para as discussões sobre a relação espaço - saúde é o seguinte:

Intricados mecanismos determinam as condições de vida das pessoas e a maneira como nascem, vivem e morrem, bem como suas vivências em saúde e doença. Entre os inúmeros fatores determinantes da condição de saúde, incluem-se os condicionantes biológicos (sexo, idade, características pessoais eventualmente determinadas pela herança genética), o meio físico (que abrange condições geográficas, características da ocupação humana, fontes de água para consumo, disponibilidade e qualidade dos alimentos, condições de habitação), assim como o meio socioeconômico e cultural, que expressa os níveis de ocupação e renda, o acesso à educação formal e ao lazer, os graus de liberdade, hábitos e formas de relacionamento interpessoal, as possibilidades de acesso aos serviços voltados para a promoção e recuperação da saúde e a qualidade da atenção por eles prestados. (BRASIL, s/d, p. 251).

Ainda nesta primeira etapa, quando se deve fazer a apresentação da atividade, é importante que o professor leve para a sala de aula um mapa localizando a Escola na cidade e no bairro e, partir de então procure incitar os alunos a refletir sobre: como está organizado o espaço urbano nas proximidades da escola; como se dá o relacionamento entre as pessoas que vivem no bairro; se o meio ambiente neste local está bem preservado; se existem lugares que propiciam a sociabilidade a exemplo de praças e centros esportivos.

Atividade II: Esta aula necessita de atenção especial por parte de professor responsável pela atividade, uma vez que haverá retirada dos alunos de dentro do ambiente escolar.

Antes da saída para campo é importante que o docente indique quais são os principais elementos que deverão ser observados. Se julgar necessário o educador pode, inclusive, preparar uma planilha com elementos importantes da área a ser explorada.

Ainda dentro da Escola é necessário que seja reforçado que a visita tem o intuito de mostrar como o espaço em que se vive é importante para a qualidade de vida das pessoas

e, como conhecendo este espaço os alunos podem contribuir para sua preservação e, conseqüentemente para consolidação de um ambiente saudável.

Ao sair do prédio escolar é imprescindível que o professor tenha preparado um roteiro para o trajeto a ser percorrido, levando-se em consideração que o tempo disponível para a realização da atividade é breve.

Já no caminho percorrido fora da escola o professor deve sempre chamar a atenção para a ocorrência daqueles elementos que contribuem para uma vida saudável e aqueles que são prejudiciais a uma rotina salutar. Seria interessante por parte do responsável sempre reforçar que ambientes saudáveis não são aqueles que não têm doentes ou que não possuem vetores que transmitem doenças, mas sim aqueles ambientes em que existe harmonia entre os condicionantes biológicos, ambientais e sociais.

De volta à sala de aula o professor deverá pedir que os estudantes organizem suas anotações em casa e as tragam para a próxima aula.

Atividade III: Após as atividades teóricas e de campo os alunos devem elaborar um mapa mental, uma vez que, ao se compreender o território e o lugar como espaço do cotidiano, vivo, pulsante em constante transformação, o mapa mental pode ser um potente instrumento para fazer a leitura da realidade a partir de suas múltiplas dimensões, no ambiente escolar, a partir da decisão política da gestão da escola em se trabalhar com a questão da saúde sob um novo olhar. Estruturado metodologicamente de maneira a estudar uma determinada realidade a partir de aspectos que podem ser coletivamente identificados como problemas, o mapa mental tem como finalidade a identificação coletiva de um conjunto de problematizações buscando elementos que possam ser úteis na análise e intervenção da realidade.

O conceito de mapa mental é amplamente discutido por Nogueira (2004) e caracterizado por construções individuais dos lugares conhecidos, vividos. A autora ainda indica que os mapas mentais são elaborados a partir de experimentações pessoais que perpassam todos os sentidos, inclusive as lembranças e as experiências socioculturais.

Também de acordo com Nogueira, tem-se que os mapas mentais não necessariamente precisam conter os elementos da cartografia tradicional (escala, legenda, por exemplo), mas funcionam como um importante instrumento de localização e orientação.

Com a realização deste exercício o professor terá em mãos um eficiente instrumento de avaliação das atividades já realizadas. A partir da construção dos mapas mentais é possível que seja elaborado um diagnóstico do espaço vizinho ao da Escola com vistas à existência ou não de uma ambiente essencialmente saudável. De posse dos mapas de todos os alunos que participaram da atividade, cabe ao docente, organizar os dados disponíveis para a próxima e última etapa desta proposta que é de reflexão e avaliação.

Atividade IV: Esta é uma importante fase do desenvolvimento deste trabalho, pois é nela que será possível ouvir dos alunos o que eles compreenderam acerca dos conceitos de saúde e ambientes saudáveis. Sugere-se a confecção de um painel ilustrado com os mapas confeccionados pelos estudantes e, se possível, com fotografias tiradas durante a atividade de campo e que sirvam de referência aos principais pontos mapeados.

É neste momento que o educador deve discutir a presença daqueles elementos presentes no cotidiano dos alunos e que não contribuem para uma vida saudável, tais como: violência, tráfico de drogas, poluição, falta de infra-estrutura, entre outras. Além disso, também é importante considerar maneiras para transformar essa realidade negativa em algo melhor.

A avaliação final deste trabalho deve ser contínua e integrada à rotina escolar, uma vez que, todos podem contribuir para a efetivação de um ambiente saudável, ou seja, que expresse o equilíbrio entre os ambientes natural, humano e social.

Considerações finais

As reflexões apontadas neste texto resultam de inquietações particulares que se relacionam com a falta de interesse e conhecimento dos alunos em relação ao ambiente em que vivem e, dos professores em relação ao seu compromisso social de formação não só acadêmica, mas também cidadã.

Inicialmente, propôs-se uma fundamentação teórica acerca dos programas governamentais que abordam a problemática da saúde no ambiente escolar. Destacou-se a existência do Programa Saúde Todo Dia, elaborado pela Secretaria Municipal de Saúde, da Prefeitura de Uberlândia, município que serve de referência para a elaboração deste trabalho por ser o locus de trabalho da autora.

Posteriormente, a partir das orientações contidas nos PCN e no Portal do Professor, elaborou-se uma série com quatro atividades que funcionam como meio de iniciar as discussões acerca de ambientes saudáveis nos anos finais do ensino fundamental.

Por fim, considera-se de suma importância a correspondência entre a saúde e a educação. Pois, a promoção da saúde não deve ser assunto restrito apenas ao consultório médico e aos postos de saúde, mas ao contrário, deve ser divulgada ao maior número possível de ouvintes. As escolas são ambientes que propiciam essa discussão, pois devem ser primordialmente, locais democráticos que incentivam a reflexão, a disseminação e a busca pelo conhecimento.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Projeto Promoção da Saúde. As Cartas da Promoção da Saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde, Projeto Promoção da Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2002. 56 p.

_____. **Programa Saúde na Escola – PSE.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6286.htm> Acesso em: 10 jan. 2011.

_____. Ministério da Educação. **Agenda Educação e Saúde.** Brasília. 2010.

_____. **Programa Saúde na Escola – PSE.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14578%3Aprograma-saude-nas-escolas&catid=194%3Asecad-educacao-continuada&Itemid=817> Acesso em: 10 jan. 2011

_____. Ministério da Educação. **Portal do Professor.** Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=269&Itemid=333> Acesso em 26 jan. 2011.

_____. Ministério de Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Saúde.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12657%3Aparametros-curriculares-nacionais-5o-a-8o-series&catid=195%3Aseb-educacao-basica&Itemid=859> Acesso em: 26 jan. 2011.

GAZZINELLI et al. Conhecimento, Representações Sociais e Experiências da Doença. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 21(1): 200-206, jan-fev, 2005. Disponível em:

< <http://www.scielo.org/pdf/csp/v21n1/22.pdf>> Acesso em 02 jan. 2011.

NOGUEIRA, A. R. B. Mapa mental: recurso didático para o estudo do lugar. In: OLIVEIRA, A. U; Pontuschka, N. N. (Orgs.) **Geografia em perspectiva.** São Paulo, 2004, p. 125 – 131.

ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD-OPAS. **Desarrollo de los sistemas locales de la salud.** Washington, D.C., 1996.

PEKELMAN, Renata; SANTOS, Alexandre André dos. Território e lugar – espaços da complexidade. Disponível em:

<http://moodle3.mec.gov.br/ufam/file.php/1/Biblioteca_Geral_do_Curso/texto01_territorio_e_lugar.pdf> Acesso em 31 Out. 2010.

UBERLÂNDIA, Educação em Saúde – Programa Saúde Todo Dia: versão preliminar. Uberlândia, 2009, 44 p.

World Health Organization. The Ottawa charter for health promotion. Ottawa: Canadian Public Health Association; 1986.

ZANCAN, L Cidades Saudáveis: a intersectorialidade como desafio para um novo modelo de gestão. Disponível em:

<http://www.fef.unicamp.br/departamentos/deafa/qvaf/livros/com_saudavel_rede_municipios/ana1/ana_vol1_cap2.pdf> Acesso em 10 jan. 2011.